



Os impactos dos programas de renda condicionada sobre o trabalho, a pobreza e a desigualdade

Juliana Portella

O conteúdo desta publicação representa exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional do FGV EESP Clear e da FGV. Portaria FGV N°19.

Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para
a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear)
www.fgvclear.org

SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS CLEAR - 05 | OUTUBRO/2021



*CENTRO DE APRENDIZAGEM EM
AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA
A ÁFRICA LUSÓFONA E O BRASIL*

Os impactos dos programas de renda condicionada sobre o trabalho, a pobreza e a desigualdade

Juliana Portella, economista especializada no monitoramento e avaliação de políticas educacionais. Mestre em administração pública pela FGV Ebape e pesquisadora visitante na Universidade de Stanford.

Ao longo das duas últimas décadas, os programas de transferência de renda condicionada (PTRC) adquiriram grande destaque como instrumentos rápidos, eficientes e relativamente baratos de combater a pobreza (Hall, 2014). Embora inicialmente popularizados na América Latina, sua abrangência praticamente dobrou de 27 para 52 países entre 2008 e 2013¹, e hoje há exemplos de larga escala em países como Bangladesh, Filipinas e Jamaica, além de programas-piloto na Indonésia, Zâmbia e nos Estados Unidos, entre outros.

Os PTRC têm dois objetivos centrais: reduzir a pobreza no curto prazo via transferências de renda e combater sua transmissão intergeracional por meio de investimentos em capital humano. Esses investimentos são uma característica definidora desse tipo de programa: para receber os benefícios, os participantes devem atender a condições como realizar visitas periódicas a clínicas de saúde, participar de formações profissionais ou manter seus filhos na escola, por exemplo.

Esta síntese de evidências apresenta de maneira resumida os impactos desse tipo de política pública nas decisões sobre o trabalho dentro das famílias, na pobreza e na desigualdade. Avaliar a eficácia desses programas sob essa ótica é crítico uma vez que eles buscam, com os investimentos em capital humano, ajudar seus beneficiários a sair da pobreza por meio da melhora de suas condições de vida e rendimentos.

São apresentadas evidências empíricas sobre 17 programas em 11 países, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil e o Oportunidades² no México, dois dos maiores do mundo. Foram selecionadas exclusivamente pesquisas quantitativas com metodologias rigorosas, em especial abordagens experimentais ou quase-experimentais, que inferissem causalidade dos efeitos dos programas.

¹ *The Economist*, "Helping the poorest of the poor". Disponível em: <https://www.economist.com/international/2015/01/13/helping-the-poorest-of-the-poor>. Último acesso em 3 de julho de 2020.

² O programa *Oportunidades* (hoje denominado *Prospera*) foi criado pelo governo do México em 2002, com base no programa anterior *Progresa*, criado em 1997.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Trabalho infantil

- Embora não haja consenso, a maioria das pesquisas indica que os PTRC reduzem incidência e jornada do trabalho infantil (assalariado e doméstico) ou ao menos aumentam as chances de os jovens estudarem ao mesmo tempo em que trabalham.
- Em um dos casos, a probabilidade de as crianças trabalharem e suas jornadas de trabalho diminuíram conforme se aumentou a renda transferida, o que deve ser levado em conta ao se estabelecer o valor do benefício (Schwartzman, 2005).
- É importante avaliar a possibilidade de um programa gerar efeitos ou incentivos distintos para diferentes grupos de beneficiários. Alguns estudos, por exemplo, apontaram que os PTRC foram menos eficazes em reduzir o trabalho infantil para meninas ou em áreas rurais, por exemplo.
- Há mais de um tipo de trabalho infantil, e a política pública deve levar em conta como cada um é impactado pelo programa. A redução do trabalho assalariado, por exemplo, não implica na redução do trabalho doméstico. Este último é mais difícil de se identificar e coibir.
- É importante, portanto, levar em consideração fatores como o destinatário principal do benefício no domicílio, valores das transferências, frequência das transferências, duração do programa, mecanismos de direcionamento, intervenções complementares e oferta de serviços públicos necessários.

Trabalho dos adultos

- Embora algumas pesquisas apontem evidências de que a probabilidade e jornada de trabalho dos adultos podem ser impactadas negativamente pelos PTRC, elas são muito menos numerosas do que as que afirmam não haver efeitos adversos (ou que há efeitos positivos) sobre o trabalho.

- No entanto, alguns autores vêm discutindo a possibilidade de os beneficiários dos programas migrarem para o mercado informal de trabalho a fim de continuar recebendo os benefícios. Isto não é um consenso e há pesquisas que negam este efeito. Entretanto, é importante estar atento a fatores como subnotificação da renda ou da oferta de trabalho, inclusive por meio da informalidade.
- É relevante avaliar a possibilidade de um programa gerar efeitos ou incentivos distintos para diferentes grupos de beneficiários, como mulheres com filhos. Há indícios, por exemplo, de que mulheres adultas passaram a substituir seus filhos em atividades não remuneradas a fim de manter o benefício.
- Por fim, o ideal é que estes programas sejam implementados como parte de uma política social integrada, que não apenas vise incentivar certos comportamentos pelos beneficiários (como por exemplo manter-se no mercado de trabalho), mas também garanta que haja condições para que essas melhoras gerem resultados (como por meio haver disponibilidade de vagas de emprego ou serviços que ajudem na busca). Algumas pesquisas argumentam que, na ausência disso, a probabilidade de uma família contemplada por esses programas retornar à condição de pobreza após o seu término é muito alta (Lavinás e Varsano, 1997).

Pobreza e desigualdade

- De modo geral, as evidências sobre os impactos das transferências de renda concordam que os programas foram eficientes em reduzir a pobreza.
- A literatura também sugere que os programas têm um impacto notável na redução da desigualdade, embora muitos não tenham sido necessariamente concebidos para tal. Esses resultados são também relevantes porque, em países com renda média, a pobreza responde mais a mudanças na desigualdade do que às mudanças na renda média per capita.
- Essas evidências indicam que esses programas são ferramentas com forte potencial para promover o desenvolvimento sócio econômico em diversos contextos.

Os diferentes tipos de impacto dos programas de transferência de renda condicionada

Poucas iniciativas de desenvolvimento social têm sido avaliadas tão rigorosamente quanto os PTRC. A implementação desses programas tem sido sistematicamente acompanhada por esforços para medir sua eficácia e compreender seu impacto no comportamento familiar. Muitos, inclusive, já são desenhados de maneira a facilitar a realização de avaliações empíricas.

De modo geral, os resultados gerados por políticas públicas como os PTRC podem ser categorizados como intermediários ou finais. Os resultados intermediários normalmente se referem a mudanças no comportamento dos beneficiários como consequência direta das condicionalidades do programa. Uma política que facilite o transporte escolar em áreas rurais, por exemplo, pode ter como resultado intermediário aumentar a frequência das crianças na escola. Já os resultados finais se referem aos objetivos finais, às vezes indiretos, das políticas sociais. No caso da política de transporte escolar, um resultado final esperado seria aumentar a aprendizagem das crianças.

No caso dessa avaliação, focamos nos impactos dos PTRC sobre a participação na força de trabalho e no trabalho infantil como principais resultados intermediários. Os elementos foram selecionados porque muito se questiona se os PTRC, ao contrário do esperado, acabam por desestimular seus beneficiários adultos a trabalhar, funcionando, portanto, como uma espécie de freio à inclusão laboral de pessoas de baixa renda. Paralelamente, a questão do trabalho infantil está intimamente relacionada a fatores como desempenho escolar, saúde e renda futura (OIT, 2003). Como resultados finais, avaliamos os efeitos dos PTRC nas taxas de pobreza e desigualdade, os principais resultados que esses programas podem gerar.

Programas de transferência de renda condicionada e o trabalho infantil

A redução do trabalho infantil³ é extremamente importante para o rompimento do ciclo da pobreza, uma vez que há evidências sólidas de que ele afeta negativamente educação, aprendizado e futuro no mercado de trabalho das crianças (OIT, 2003; Beegle et al. 2009; Ilahi e Sedlacek, 2000; Bezerra et al. 2009; Gunnarsson et al. 2006; Lee e Orazem 2010; Psacharopoulos, 1997). Há também um componente intergeracional no trabalho infantil, pois as crianças são mais propensas a trabalhar quando vêm de famílias com pais que foram trabalhadores infantis e obtiveram menor nível de escolaridade (Emerson e Souza, 2003; Silva et al. 2021). No entanto, relativamente poucos PTRC possuem condicionalidades específicas sobre isso⁴, pois considera-se mais eficaz incentivar as famílias a enviar seus filhos à escola do que punir o trabalho infantil diretamente (Edmonds e Pavcnik, 2005; Basu, 1999). Na maioria dos casos, portanto, os impactos que os PTRC podem ter são um efeito colateral positivo dos programas (Nascimento e Kassouf, 2016): o aumento da renda da família e as condicionalidades ligadas à educação levariam os pais a preferir investir mais na formação das crianças e adolescentes do que fazê-los trabalhar. Isso pode inclusive impactar a oferta de trabalho dos adultos, como será discutido adiante.

Diversas pesquisas avaliam se os PTRC impactavam a probabilidade de crianças trabalharem e o tamanho das suas jornadas de trabalho. A maioria identificou uma redução no trabalho infantil como consequência dos programas. Não há, no entanto, um consenso: algumas não identificaram impactos significativos dos PTRC e outras encontraram efeitos apenas para determinados grupos, ou efeitos mistos. Apenas duas concluíram que o trabalho infantil aumentou.

Os resultados foram ainda mais positivos para outros programas latino-americanos. Três pesquisas separadas encontraram evidências de que os programas Oportunidades, do México, Red de Protección Social, da Nicarágua, e Bono de Desarrollo Humano, do Equador, reduziram tanto o trabalho infantil como as jornadas de trabalho dos jovens (Rubio-Codina, 2010; Maluccio e Flores, 2005; Edmonds e Schady,

³É importante destacar que o conceito de trabalho infantil é amplo, sendo definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como "qualquer trabalho que priva as crianças da sua infância, do seu potencial e da sua dignidade, e que é prejudicial ao desenvolvimento físico e mental". Sua definição na literatura, portanto, varia conforme contexto e objetivos das pesquisas, que costumam focar em dois tipos de trabalho infantil: o efetivado para terceiros, geralmente remunerado, e o doméstico não remunerado, efetivado dentro da própria casa, incluindo cuidar de outras crianças (Woldehanna et al. 2008). Embora seja comum crianças realizarem tarefas domésticas em suas residências, a OIT (2017) especifica que situações em que essas cargas de trabalho possam interferir na educação das crianças ou ser excessivas podem ser equivalentes a trabalho infantil.

⁴O PBF assumiu a redução do trabalho infantil como um dos seus objetivos apenas a partir de sua integração com o Peti em dezembro de 2005.

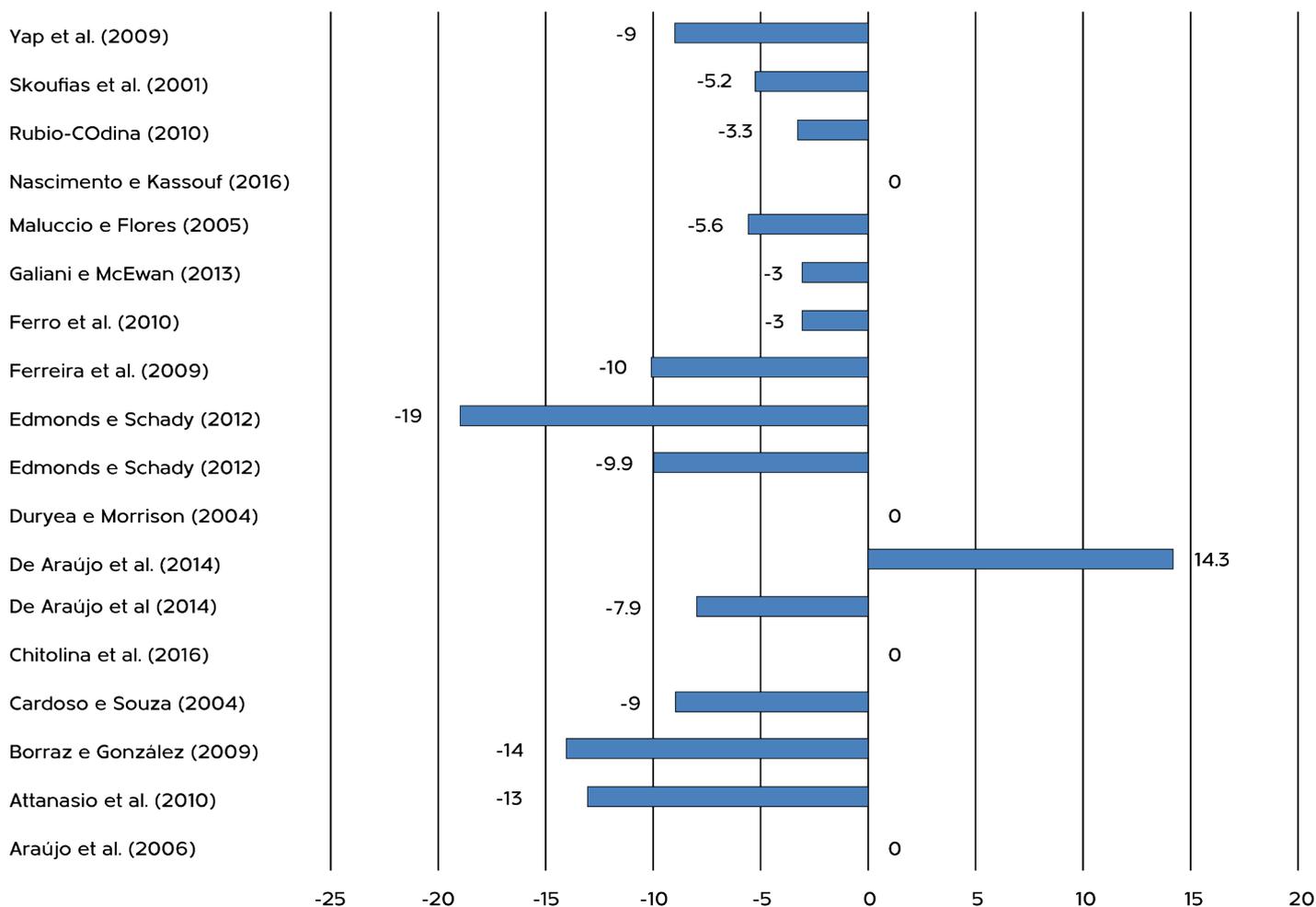
2012). De acordo com os autores, o programa equatoriano reduziu o trabalho infantil assalariado em 41%. Impactos foram encontrados tanto para o trabalho assalariado como o doméstico: um estudo do Programa de Asignación Familiar (PRAF), de Honduras, destacou que a política diminuiu em 3 pontos percentuais (p.p.) a probabilidade de uma criança trabalhar fora de casa e em 4 p.p. a probabilidade de ela realizar trabalhos domésticos (Galiani e McEwan, 2013). Já o colombiano Familias en Acción teria reduzido o trabalho doméstico significativamente, embora não o remunerado (Attanasio et al., 2010). No entanto, foi feito um alerta: se referindo ao mexicano Progreso, pesquisadores ressaltam a possibilidade de as reduções terem sido causadas, pelo menos em parte, por uma substituição do tempo de lazer das crianças por trabalho ou estudos.

Por outro lado, há autores que não encontraram evidências de que os PTRCs impactaram o trabalho infantil de qualquer forma significativa. Pesquisas sobre os efeitos do Bolsa Família e do Superémonos não identificaram alterações na proporção de crianças que trabalham (Araújo et al., 2010 e Duryea e Morrison, 2004). Já outros dois estudos sobre o caso brasileiro, em particular o Bolsa Escola (BE) e PBF, verificaram uma redução nas jornadas de trabalho dos jovens acompanhada por um aumento na frequência escolar, sugerindo que os jovens podem ter ficado mais propensos a trabalhar e estudar ao mesmo tempo, ao invés de largarem o trabalho para estudar (Cardoso e Souza, 2004 e Chitolina et al., 2016). É importante também destacar que diferentes aspectos ou níveis de benefícios dos programas podem gerar resultados diferentes: uma avaliação do Bolsa Família apontou que, embora a participação no programa por si só não tenha impactado o trabalho infantil, a probabilidade de trabalho e jornada das crianças diminuíram conforme as transferências aumentaram a renda das famílias (Nascimento e Kassouf, 2016).

Em contrapartida, há quem argumente que os PTRC acabaram por aumentar o trabalho infantil, diferentemente do previsto. Estudos sobre o PBF encontraram evidências de que o programa aumentou tanto a probabilidade de trabalho infantil como sua jornada de trabalho, esta última em 6,6 horas semanais (Pais et al, 2017 e Cacciamali et al., 2010). No entanto, os autores não identificaram os motivos dessa alta, e um dos estudos sofre de limitações metodológicas que enfraquecem seus resultados.

Por fim, algumas pesquisas identificaram impactos mistos gerados pelos PTRC. Foram encontradas evidências, por exemplo, de que o PBF e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) conseguiram reduzir o trabalho infantil apenas nas regiões Sul e Sudeste. Nas regiões brasileiras mais pobres houve aumento do trabalho infantil (Costa et al, 2020). Similarmente, o programa uruguaio Ingreso Ciudadano diminuiu o trabalho infantil apenas para meninas em Montevideu (Borraz e González, 2009). Outros estudos identificaram impactos diferentes para diferentes tipos de trabalhos: há indícios de que o Cessp Scholarship Program (CSP) no Camboja e o PBF diminuíram o trabalho infantil assalariado, mas aumentou o trabalho doméstico (Ferreira et al, 2009 e De Araújo et al., 2014). Um possível motivo: o trabalho doméstico é mais difícil de apurar e mais fácil de ser executado nas horas vagas.

Figura 1: Impacto sobre a Incidência do Trabalho Infantil (p.p.)



Fonte: elaboração própria.

Obs.: Cardoso e Souza (2004); probabilidade de crianças trabalharem mais de dez horas por semana; De Araújo et al. (2014) I: trabalho infantil assalariado; De Araújo et al. (2014) II: trabalho infantil doméstico; Edmonds e Schady (2012) I: trabalho infantil assalariado; Edmonds e Schady (2012) II: trabalho infantil doméstico; Yap et al. (2009): para crianças que trabalhavam ao menos dez horas por semana.

Programas de transferência de renda condicionada e a oferta de trabalho dos adultos

Uma das questões mais controversas sobre os PTRC é o seu impacto sobre o mercado de trabalho dos adultos. Do ponto de vista teórico, é possível que as transferências recebidas pelas famílias tenham o efeito colateral de reduzir sua pressa em encontrar trabalho ou buscar qualificações profissionais, uma vez que elas já teriam um certo nível de renda garantido (o chamado “efeito-renda”). A própria opção por trabalhar pode também ser afetada, uma vez que trabalhar mais e receber mais pode arriscar a sua elegibilidade ao programa. Isso acabaria por gerar uma relação de dependência dos beneficiários, inibindo o esforço individual e conseqüentemente restringindo as oportunidades de crescimento profissional, o que por sua vez dificultaria a superação da armadilha de pobreza (Subbarao et al, 1997).

No entanto, também é possível que os beneficiários aumentem a sua oferta de trabalho de forma justamente a evitar o “estigma” de dependência do programa (Ponczek e Mattos, 2010). Há também que se levar em conta a possível relação entre o trabalho infantil, discutido anteriormente, e o trabalho dos adultos: uma redução no trabalho infantil pode incentivar os adultos a trabalhar para compensar a perda de renda (Souza, 2011). Similarmente, uma maior frequência escolar em função das condicionalidades educacionais dos programas pode aumentar o tempo que as mães têm disponível para trabalhar.

Embora algumas pesquisas recentes tenham encontrado indícios de que a probabilidade e jornada de trabalho dos adultos podem ser impactadas negativamente pelos PTRC (Oliveira e Soares, 2012;

Ribeiro et al, 2017), elas são muito menos numerosas do que as que afirmam não haver efeitos adversos (ou mesmo efeitos positivos) sobre o trabalho. No entanto, alguns autores vêm discutindo a possibilidade de os beneficiários dos programas migrarem para o mercado informal de trabalho a fim de continuar recebendo os benefícios (Borraz, 2009).

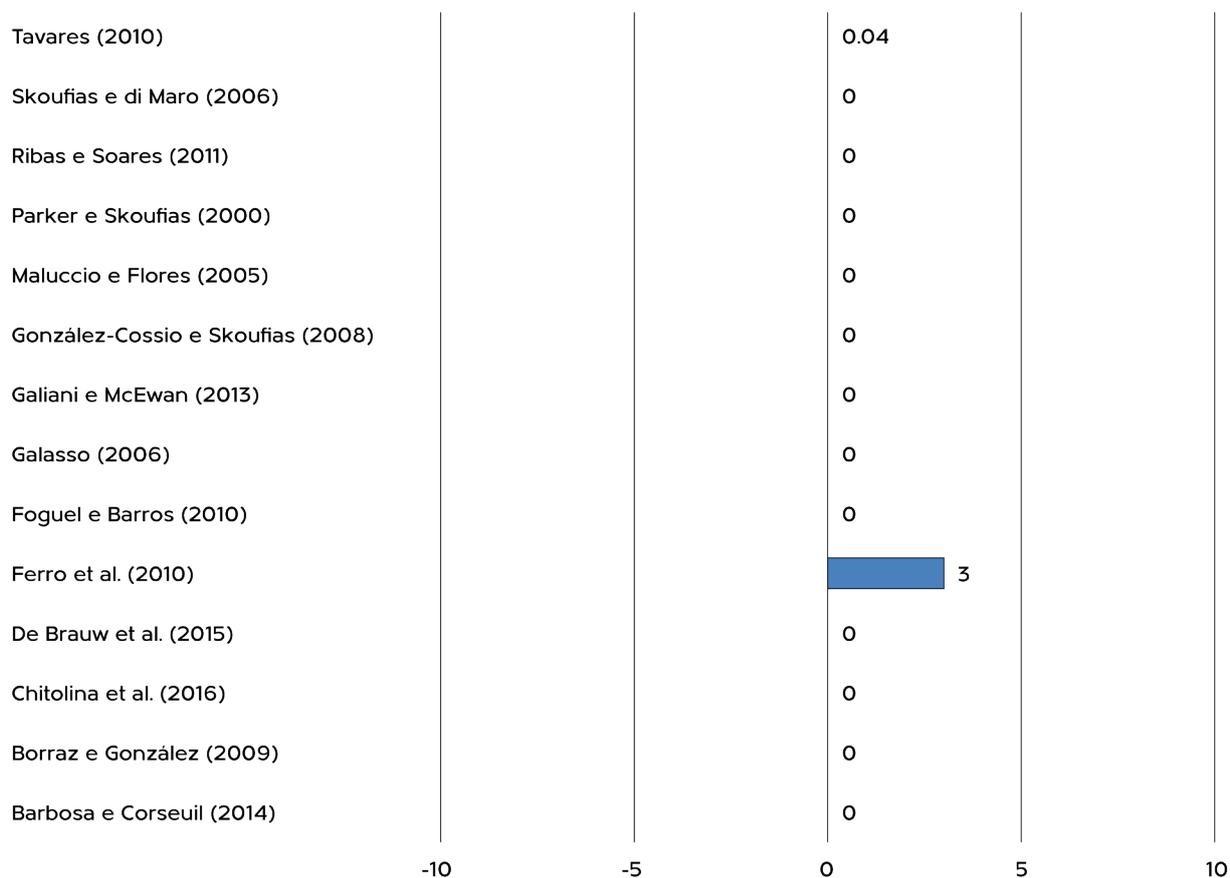
Duas avaliações do Bolsa Família, por exemplo, argumentam que o programa reduziu a probabilidade de trabalhar e jornada de trabalho de seus beneficiários (Firpo et al., 2014 e Cavalcanti et al., 2016), bem como a sua renda. Os efeitos teriam sido maiores para alguns grupos, como homens com longas jornadas de trabalho. Segundo os autores, esses indivíduos provavelmente manipulam sua renda, reduzindo voluntariamente sua oferta de mão de obra para serem elegíveis ao programa. Na esfera internacional, duas pesquisas apontam para um impacto negativo dos programas Ingreso Ciudadano e Red de Protección Social sobre as horas trabalhadas (Borraz e González, 2009 e Maluccio e Flores, 2005). O segundo programa teria diminuído a jornada semanal de trabalho dos beneficiários em seis horas.

Duas outras avaliações, focadas na formalidade do trabalho, defendem que o programa Bolsa Família causa uma realocação substancial para o setor informal (De Brauw et al., 2015 e Ribas e Soares, 2011), embora não afete as jornadas de trabalho ou probabilidade de trabalhar. Outros estudos, entretanto, não encontraram indícios desse tipo de substituição (Barbosa e Corseuil, 2014).

Já um grande número de pesquisas indica que os PTRC não impactaram a oferta de trabalho dos beneficiários. Essas avaliações incluem: o Bolsa Família (Chitolina et al., 2016, Ribas e Soares, 2011 e Foguel e Barros, 2010), os mexicanos Progresá (Skoufias e di Maro, 2006 e Parker e Skoufias, 2000), seu sucessor Oportunidades (Rubio-Codina, 2010), o Programa Apoyo Alimentario (González-Cossío e Skoufias, 2008), o hondurenho Programa de Asignación Familiar (Galiani e McEwan, 2013) e o chileno Chile Solidario (Galasso, 2006).

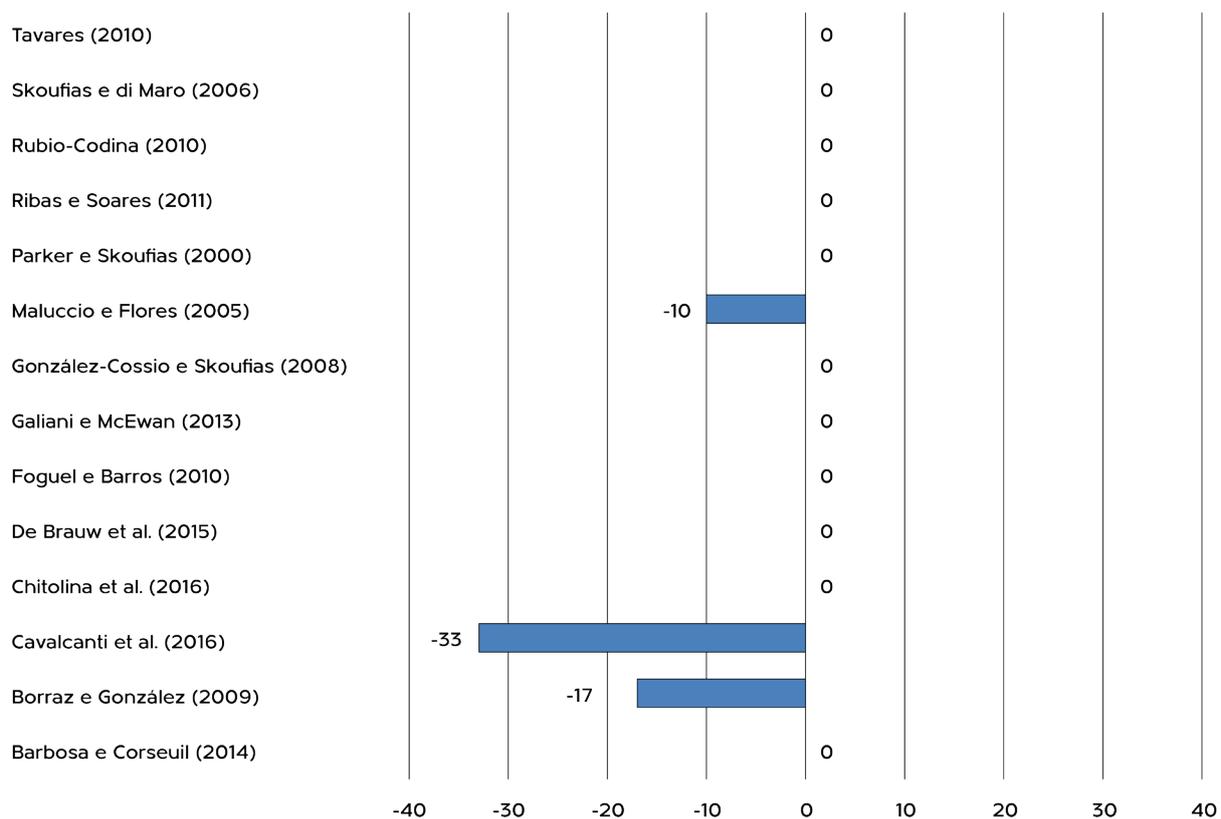
Alguns estudos encontraram, inclusive, evidências de que o mercado de trabalho foi impactado positivamente pelos PTRC. Os programas Bolsa Escola e Bolsa Família, por exemplo, aumentaram a probabilidade de os beneficiários trabalharem (Ferro et al., 2010 e Tavares, 2010). Paralelamente, uma das pesquisas destaca que a ausência de efeitos positivos podem ser uma questão de tempo: embora o programa Chile Solidario não tenha impactado os indicadores de trabalho, os beneficiários passaram a participar de treinamentos e programas de inserção no mercado de trabalho (Galasso, 2006). Por fim, embora um dos estudos tenha também encontrado evidências de que o engajamento no trabalho foi menor quanto maior o valor da transferência (o “efeito-renda”), o efeito final sobre o trabalho foi positivo, indicando a existência de um “efeito-substituição”.

Figura 2: Impacto sobre a probabilidade dos adultos trabalharem (p.p.)



Fonte: elaboração própria.

Figura 3: Impacto sobre a jornada de trabalho dos adultos (%)



Fonte: elaboração própria.

Programas de transferência de renda condicionada, a pobreza e a desigualdade

Não surpreendentemente, uma vez que a maioria dos PTRC é relativamente recente, a maior parte dos estudos sobre seus impactos tende a se concentrar em seus efeitos de curto prazo. Como resultado, mesmo que haja evidências de que um programa tenha gerado os efeitos pretendidos, não é necessariamente verdade que esses resultados serão sustentáveis ou duradouros. É também muito difícil medir os efeitos de um programa sobre a pobreza e desigualdade, porque são fatores determinados por inúmeros elementos diferentes. Consequentemente, pesquisadores vêm adotando diversas abordagens para tentar quantificar com alguma precisão o tamanho dos impactos, sendo a maior parte delas metodologias próprias de decomposição de índices. É extremamente importante que continuemos tentando medir esses impactos, uma vez que a interrupção do ciclo de pobreza e desigualdade é o principal objetivo dessa política social.

De modo geral, as evidências sobre os impactos das transferências de renda condicionadas nos indicadores de pobreza formam um quadro extremamente positivo. A maior parte dos autores aponta que ao menos 15% da redução de pobreza observada em seus estudos são resultado desses programas. A literatura também sugere que os programas têm um impacto notável na redução da desigualdade, embora muitos não tenham sido necessariamente concebidos para tal. Esses resultados também são relevantes porque, em países com renda média, a pobreza responde mais a mudanças na desigualdade do que às mudanças na renda média per capita (Soares et al, 2010). Como tal, as evidências indicam que as transferências de renda parecem ser eficazes em atingir seus dois principais objetivos.

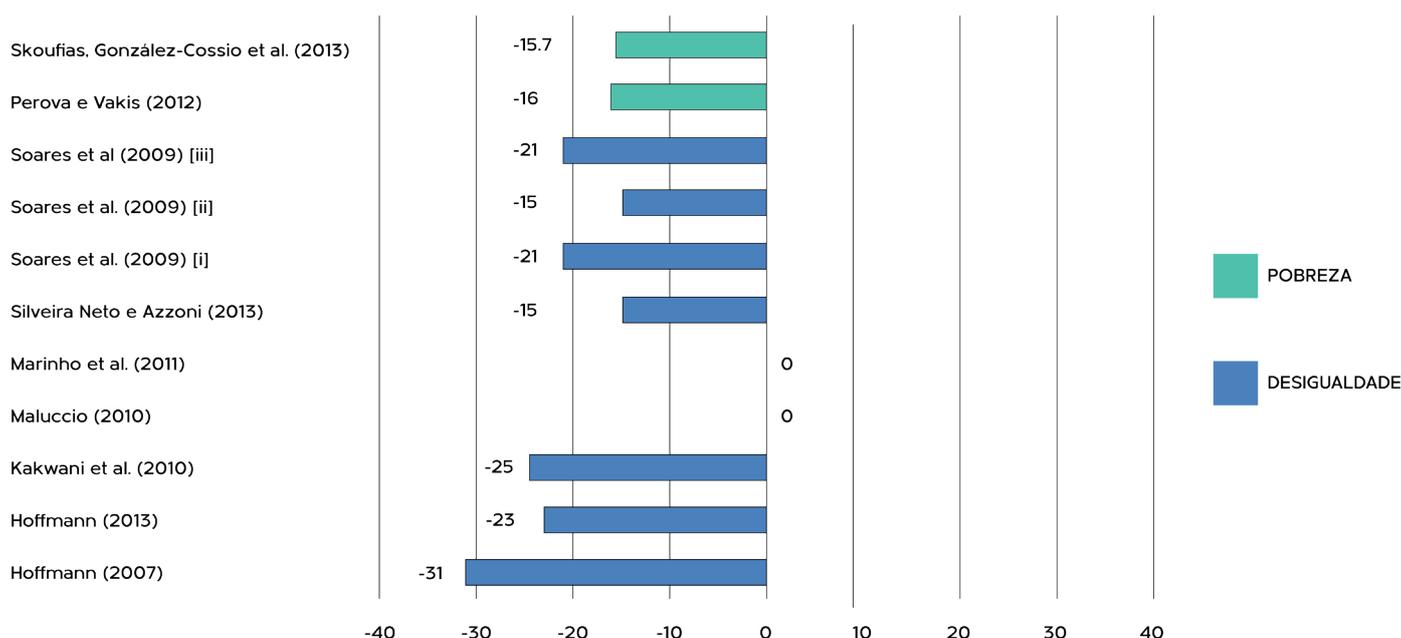
O PBF é foco de dezenas de avaliações de impacto. Três delas feitas entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, período em que o Brasil registrou forte queda na pobreza e desigualdade (Peña et al, 2015; Kakwani et al., 2010 e Soares et al., 2009)⁵. Todas concluíram que o programa foi um dos grandes responsáveis por essa queda, tanto em decorrência da renda que transferiu como pela proteção que ofereceu em momentos de crise. Outras pesquisas também constataram que o Bolsa Família impactou significativamente na pobreza e desigualdade em períodos posteriores: segundo Hoffmann (2007 e 2013), o programa contribuiu com 28% da queda da desigualdade brasileira entre 1998 e 2004, e que essa participação correspondeu a 66% no Nordeste. O programa foi também responsável por quase 15% da redução da desigualdade regional de renda entre os estados brasileiros (Silveira Neto e Azzoni, 2013). Isso é especialmente relevante dada sua pequena participação nos gastos públicos.

Os resultados são similares para os PTRC implementados fora do Brasil. Uma análise de programas implementados na América Latina e no Caribe concluiu que, na maioria dos países, a pobreza seria em média 13% maior caso eles não tivessem sido implementados (Stampini e Tornarolli, 2012). Avaliações dos programas Apoyo Alimentario (González-Cossío et al., 2013), Red de Protección Social (Maluccio e Flores, 2005), Juntos (Perova e Vakis, 2012), Oportunidades e Chile Solidário (Soares et al., 2009) indicam que os PTRC reduziram significativamente a pobreza e desigualdade em seus países, com impactos equivalentes a até 22 p.p. Por fim, não obstante a dificuldade de se avaliar a eficácia de programas no longo prazo, há evidências de que o Oportunidades aumentou o investimento feito em atividades produtivas, possivelmente levando à redução da pobreza mesmo no longo prazo, após sua extinção (Gertler, Martinez e Rubio-Codina, 2012).

Por outro lado, Maluccio (2010) avalia que não há evidências de que o Red de Protección Social tenha levado a um aumento nos investimentos, pelos beneficiários, em equipamentos que possam gerar aumento de renda futura, embora os indicadores de saúde e educação infantil tenham melhorado. Dos estudos selecionados, apenas Marinho, Linhares e Campelo (2011) não encontraram uma relação significativa entre os programas Bolsa Escola e Bolsa Família e a redução da pobreza.

⁵ O estudo elaborado por Soares et al (2009) avaliou e comparou os resultados de PTRC no Brasil, Chile e México. No entanto, por motivos de clareza, nós nos referimos a cada parte do estudo como um elemento separado.

Figura 4: Impacto sobre a desigualdade e pobreza (%)



Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

Identificar os efeitos dos PTRC nem sempre é uma tarefa fácil, por uma série de motivos. Primeiramente, esses programas são recentes, o que dificulta a medição de seus efeitos de médio e longo prazo, e também geram uma quantidade desproporcional de evidências rigorosas a partir de um pequeno grupo de países, como México e Chile (Fiszbein e Schady, 2009). Ademais, muitos deles, como é o caso do Bolsa Família, não foram desenhados com o objetivo de serem avaliados rigorosamente. Isso tem forçado pesquisadores a recorrer a técnicas não experimentais de avaliação ou técnicas avaliativas ex-post, tornando-as suscetíveis a diversos problemas e perda de credibilidade, como auto seleção e outros vieses. Uma famosa exceção é o Progresá, um dos primeiros PTRC a ser desenvolvido de forma a permitir que um estudo randomizado controlado⁶ avaliasse os seus impactos. Essa iniciativa serviu de referência para vários programas e avaliações.

Mais pesquisas são necessárias para expandir nossa compreensão sobre os impactos desse tipo de programa. Ainda assim, apesar de não haver um consenso estabelecido, uma quantidade significativa de estudos rigorosos aponta que os programas de transferência de renda condicionada têm efeitos positivos sobre a participação dos beneficiários na força de trabalho e na redução do trabalho infantil, da pobreza e da desigualdade. Essas evidências indicam que esses programas são ferramentas com forte potencial para promover o desenvolvimento socioeconômico em diversos contextos.

⁶ Os estudos controlados randomizados (ECR) são considerados "padrão-ouro" para a avaliação de impactos, uma vez que são a forma mais eficaz de se avaliar e demonstrar a relação de causa-e-efeito entre diferentes fatores. O termo "randomizado" diz respeito ao fato de que os grupos utilizados no experimento têm seus integrantes escolhidos de forma aleatória.

Referências

- Araújo, G. S., Ribeiro, R., e Neder, H. D. (2010). Impactos do Programa Bolsa Família sobre o trabalho de crianças e adolescentes residentes na área urbana em 2006. *Revista EconomiA*, 11(4), 57-102.
- Attanasio, O.; Emla Fitzsimons, Ana Gomez, Martha Isabel Gutiérrez, Costas Meghir, and Alice Mesnard. "Children's Schooling and Work in the Presence of a Conditional Cash Transfer Program in Rural Colombia," *Economic Development and Cultural Change* 58, no. 2 (January 2010): 181-210.
- Barbosa, A., e Corseuil, C. (2014). Conditional cash transfer and informality in Brazil. *IZA Journal of Labor & Development*, 3, 1-18.
- Basu, K. Child Labor: Cause, consequence and cure, with remarks on international labor standards. *Journal of Economic Literature*, Pittsburgh, v. 37, p. 1083-1119, Sept. 1999.
- Beegle, K., Dehejia, R., E Gatti, R. 2009. "Why Should We Care About Child Labor? The Education, Labor Market, And Health Consequences Of Child Labor." *Journal Of Human Resources* 44 (4): 871-889.
- Bezerra, M. E., Kassouf, A. L., E Arends-Kuenning, M. 2009. "The Impact Of Child Labor And School Quality On Academic Achievement In Brazil.
- Borraz, F., e González, N. (2009). Impact of the Uruguayan conditional cash transfer program. *Cuadernos de economia*, 46(134), 243-271.
- Cardoso, E. e Souza, A. P. (2004). 'The Impact of Cash Transfers on Child Labor and School Attendance in Brazil' in *Latin American Research Review*, Vol. 46, No. 1.
- Cavalcanti, D. M., Costa, E. M., Silva, J. L. M. D., e Sampaio, R. M. B. (2016). Impactos do Programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento.
- CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, 2007. Primeiros resultados da análise de linha de base da pesquisa de impacto do Programa Bolsa Família. SAGI/MDS, Brasília.
- Chitolina, L., Foguel, M. N., e Menezes-Filho, N. A. (2016). The impact of the expansion of the Bolsa Família program on the time allocation of youths and their parents. *Revista Brasileira de Economia*, 70(2), 183-202.
- Costa, G. W., Carraro, A., Ribeiro, F. G., e Borba, M. F. (2020). The Impact Of Child Labor Eradication Programs In Brazil. *The Journal of Developing Areas*, 54(4).
- Covarrubias, S. (2017). Enhancing PROSPERA to Reduce the Poverty Disparity Within the Indigenous Populations of Mexico. *McGill Perspectives on Global Health*.
- Cuesta, J. (2007). On more ambitious conditional cash transfers, social protection and permanent reduction of poverty. *Journal of International Development: The Journal of the Development Studies Association*, 19(7), 1016-1019.
- De Araújo, A. A., Gomes, M. F. M., e Lima, J. E. (2014). Influência do programa bolsa família na redução do trabalho infantil: evidências para o nordeste brasileiro. *Revista Econômica Do Nordeste*, 45(3), 33-45.
- De Brauw, A. et al. (2015). "Bolsa Família And Household Labor Supply". *Economic Development And Cultural Change* 63 (3): 423-457.
- Duryea, S., e Morrison, A. (2004). The effect of conditional transfers on school performance and child labor: Evidence from an ex-post impact evaluation in Costa Rica.

Edmonds, E. V., e Pavcnik, N. (2005). Child labor in the global economy. *Journal of Economic Perspectives*, 19(1), 199-220.

Edmonds, E. V., e Schady, N. (2012). Poverty alleviation and child labor. *American Economic Journal: Economic Policy*, 4(4), 100-124.

Emerson, P. M., e Souza, A. P. 2003. "Is There A Child Labor Trap? Intergenerational Persistence Of Child Labor In Brazil." *Economic Development And Cultural Change* 51 (2): 375-398.

Ferreira, Francisco HG; Filmer, Deon; Schady, Norbert. Own and sibling effects of conditional cash transfer programs: Theory and evidence from Cambodia. The World Bank, 2009.

Ferro, Andrea e Kassouf, Ana Lucia. (2010). The impact of conditional cash transfer programs on household work decisions in Brazil. *Research in Labor Economics*. 31. 193. 10.1108/S0147-9121(2010)0000031010.

Firpo, S., Pieri, R., Pedroso Jr, E., e Souza, A. P. (2014). Evidence of eligibility manipulation for conditional cash transfer programs. *Economía*, 15(3), 243-260.

Fiszbein, A., e Schady, N. R. (2009). Conditional cash transfers: reducing present and future poverty. The World Bank.

Foguel, M. N. e R.P. Barros (2010). 'The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities', *Estudos Econômicos*, 40: 259-293.

Fundação Abrinq. "O Trabalho Infantil no Brasil: O desafio do trabalho infantil nas atividades agrícolas" São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Vers%C3%A3o-Final-Trabalho-Infantil-no-Brasil-Desafio-Trab-Inf-Ativ-Agr%C3%ADcolas-1.pdf>>. Último acesso em 19/02/21.

Galasso, E. (2006). Alleviating extreme poverty in Chile. *Estudios de Economía*, 38(1).

Galiani, S., e McEwan, P. J. (2013). The heterogeneous impact of conditional cash transfers. *Journal of Public Economics*, 103, 85-96.

Garcia, M. e Moore, C. M. T. (2012). The Cash Dividend: The Rise of Cash Transfer Programs in Sub-Saharan Africa. *Directions in Development; human development*. World Bank.

Gertler, P., Martinez, S., e Rubio-Codina, M. (2006). Investing cash transfers to raise long term living standards. The World Bank.

Gunnarsson, V., Orazem, P. F., e Sánchez, M. A. 2006. "Child Labor And School Achievement In Latin America." *The World Bank Economic Review* 20 (1): 31-54.

Hall, A. (2014). The last shall be first: Political dimensions of conditional cash transfers in Brazil. *Journal of Policy Practice*, 11(1-2), 25-41.

Handa, S., e Benjamin Davis 2006 "The Experience of Conditional Cash Transfers in Latin America." *Development Policy Review* 24 (5): 513-536.

Hoffmann, R. (2007) Transferência de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: Barros, R. P.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, v. 2, p. 17-40.

Hoffmann, R. (2018). Changes in income distribution in Brazil. Amann, E., Azzoni, C., e Baer W.(Authors), *The Oxford Handbook of the Brazilian Economy*, 467-488.

Ilahi, N., P. Orazem, e G. Sedlacek. 2000. "The Implications of Child Labor for Adult Wages, Income and

Poverty: Retrospective Evidence from Brazil,” unpublished working paper. Washington, D.C.: The World Bank.

Kakwani, N., Neri, M. C., e Son, H. H. (2010). Linkages between pro-poor growth, social programs and labor market: the recent Brazilian experience. *World Development*, 38(6), 881-894.

Ladhani, S., e Sitter, K. C. (2020). Conditional cash transfers: A critical review. *Development Policy Review*, 38(1), 28-41.

Lavinas, L., e Varsano, R. (1997). Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.

Lee, C., e Orazem, P. F. 2010. “Lifetime Health Consequences Of Child Labor In Brazil.” *Child Labor And The Transition Between School And Work. Research In Labor Economics* 31: 99-133.

Levy, S., e Schady, N. (2013). Latin America’s social policy challenge: Education, social insurance, redistribution. *Journal of Economic Perspectives*, 27(2), 193-218.

Maluccio, J. A. (2010). The impact of conditional cash transfers on consumption and investment in Nicaragua. *The Journal of Development Studies*, 46(1), 14-38.

Maluccio, J., e Flores, R. (2005). Impact evaluation of a conditional cash transfer program: The Nicaraguan Red de Protección Social. *Intl Food Policy Res Inst.*

Marinho, E.; Linhares, F.; Campelo, G. (2011). Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 3, p. 267-288.

Marshall, C., e Hill, P. S. (2015). Ten best resources on conditional cash transfers. *Health policy and planning*, 30(6), 742-746.

Molina Millan, T., Barham, T. C. J., Macours, K., Maluccio, J. A., e Stampini, M. (2016). Long-term impacts of conditional cash transfers in Latin America: Review of the evidence (No. IDB-WP-732). *IDB Working Paper Series*.

Moraes, V. D. D., Pitthan, R. G. V., e Machado, C. V. (2018). Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. *Saúde em Debate*, 42, 364-381.

Nascimento, A. R., e Kassouf, A. L. (2016). Impacto do Programa Bolsa Família sobre as decisões de trabalho das crianças: uma análise utilizando os microdados da PNAD. *Análise Econômica*, 34(66).

Nelson, M., e Sandberg, J. (2017). From perspectives to policy contingencies: Conditional cash transfers as social investments. *Global Social Policy*, 17(1), 21-37.

Neri, M. (2009). Income policies, income distribution, and the distribution of opportunities in Brazil. in Brainard, L., e Martinez-Diaz, L. (Eds.). (2009). *Brazil as an Economic Superpower?: Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy*. Brookings Institution Press. Retrieved July 13, 2020.

Oliveira, L. F. B., e Soares, S. S. (2012). O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho (No. 1738). *Texto para Discussão*.

Organização Internacional do Trabalho. (2003). *Investing in Every Child: An Economic Study of the Costs and Benefits of Eliminating Child Labour*. Geneva: International Labour Office.

Pais, P. S. M., de Figueiredo Silva, F., e Teixeira, E. C. (2017). The influence of Bolsa Família conditional cash transfer program on child labor in Brazil. *International Journal of Social Economics*.

Parker, S. W., e Skoufias, E. (2000). *The Impact Of Progresa On Work, Leisure And Time Allocation; Final Report* (No. 600-2016-40136).

Peña, C. R., Pinheiro, D. S., Albuquerque, P. H., e Fernandes, L. M. (2015). A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 889-913.

Perova, E., e Vakis, R. (2012). 5 years in Juntos: New Evidence on the Program's Short and Long-term Impacts. *Economía*, 35(69), 53-82.

Ponczek, V. P., e Mattos, E. (2010). O efeito do estigma sobre os beneficiários de programas de transferência no Brasil.

Psacharopoulos, G. (1997). Child labor versus educational attainment: some evidence from Latin America. *Journal of Population Economics*, Berlim, v. 10, n. 4, p. 377-386.

Ribas, R. Perez, e F. Veras Soares. 2011. "Is the Effect of Conditional Transfers on Labor Supply Negligible Everywhere?" Unpublished manuscript, Tinker Fellowship, Center for Latin American and Caribbean Studies, University of Illinois at Urbana-Champaign.

Ribeiro, Felipe Garcia, Shikida, Claudio, e Hillbrecht, Ronald Otto. (2017). Bolsa Família: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 47(4), 805-862.

Rubio-Codina, M. (2010). Intra-household time allocation in rural Mexico: Evidence from a randomized experiment. In *Child labor and the transition between school and work*. Emerald Group Publishing Limited

Sandberg, J. (2012). Conditional cash transfers and social mobility: The role of asymmetric structures and segmentation processes. *Development and change*, 43(6), 1337-1359.

Schwartzman, S. (2005). Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Silva, L. A., Schinaider, C. M., e da Cunha Cassuce, F. C. (2021). Socioeconomic aspects of child labor for the Brazilian children. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, (24).

Silveira Neto, R.M., Azzoni, C.R. (2013). Os Programas Sociais e a Recente Queda da Desigualdade Regional de Renda no Brasil in T. Campello and M. Côrtes Neri (eds), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, capítulo 13. pp. 217-232

Souza, A. P. (2011). Políticas de distribuição de renda no Brasil e o bolsa família. *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, 166-186.

Skoufias, E., e Di Maro, V. (2006). Conditional cash transfers, adult work incentives, and poverty. The World Bank.

Skoufias, E., Parker, S. W., Behrman, J. R., e Pessino, C. (2001). Conditional cash transfers and their impact on child work and schooling: Evidence from the progresá program in Mexico [with comments]. *Economía*, 2(1), 45-96.

Skoufias, E., Unar, M., e Gonzalez de Cossio, T. (2013). The poverty impacts of cash and in-kind transfers: experimental evidence from rural Mexico. *Journal of Development Effectiveness*, 5(4), 401-429.

Soares, S., Osório, R. G., Soares, F. V., Medeiros, M., e Zepeda, E. (2009). Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality. *Estudios económicos*, 207-224.

Soares, S., Ribas, R. P., e Osório, R. (2010). Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 173-190

Stampini, M., e Tornarolli, L. (2012). The growth of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean: did they go too far? (No. 49). IZA Policy Paper.

Tavares, P. A. (2010). 'Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães' in *Economia e Sociedade*, Vol. 19, No. 3, 613-635. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/08.pdf>

Subbarao, K., Bonnerjee, A., Braithwaite, J., Carvalho, S., Ezemenari, K., Graham, C., e Thompson, A. (1997). *Safety net programs and poverty reduction: Lessons from cross-country experience*. The World Bank.

Yap, Y. T., Sedlacek, G., e Orazem, P. F. (2009). Limiting child labor through behavior-based income transfers: An experimental evaluation of the PETI program in rural Brazil. In *Child labor and education in Latin America* (pp. 147-165). Palgrave Macmillan, New York.

Apêndice A

Programas de transferência de renda condicionada

Programa	País	Sobre	Benefícios	Alcance
Bolsa Família 2003-atual	Brasil	Ajuda financeira a famílias que, em contrapartida, devem manter as crianças na escola e ter a vacinação em dia, entre outras condicionalidades.	Benefício básico de R\$ 89 mensais, mais benefícios variáveis (2020)	14,2 milhões de famílias (jun/2020)
Bolsa Alimentação 2001-2003	Brasil	Transferência de renda com condicionalidades relacionadas à saúde, como a realização de pré-natal e vacinação. Foi incorporado pelo Bolsa Família.	R\$ 15/mês por criança, limitado a três por família	N/A
Bolsa Escola 2001-2003	Brasil	Paga uma bolsa mensal em dinheiro às famílias de jovens e crianças de baixa renda como estímulo para que essas frequentem a escola regularmente. Incorporado pelo Bolsa Família.	R\$ 15/mês por criança/ jovem, limitado a três por família	5,5 milhões de famílias (2003)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 1997-2005	Brasil	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 1997-2005 Ações intersetoriais, incluindo a transferência de renda, para evitar o trabalho infantil. Tem como contrapartida a frequência escolar e atividades socioeducativas. Foi integrado ao Bolsa Família.	R\$ 35 a R\$ 336 dependendo da renda e número de crianças	850.598 beneficiários (ago/2013)
CESSP Scholarship Program 2005-2008	Camboja	Oferece bolsas a crianças de baixa renda na transição do ensino fundamental para o ensino médio, condicional à matrícula na escola.	Oferece bolsas a crianças de baixa renda na transição do ensino fundamental para o ensino médio, condicional à matrícula na escola.	~ 100 de 800 escolas de ensino médio (2008)
~ 100 de 800 escolas de ensino médio (2008) Chile Solidario 2002-2013	Chile	Ações intersetoriais, incluindo a transferência de renda condicionado a diversos elementos, como a frequência escolar dos filhos e consumo. Foco em auxílio psicossocial.	Benefício básico de CLP \$5.000 (~R\$ 39), mais benefícios variáveis	246.000 famílias (2006)
Programa Puente 2002-atual	Chile	Uma "entrada" para o Chile Solidario, aproxima famílias de assistentes sociais que as ajudam por 2 anos a traçar planos para sair da extrema pobreza. Inclui transferências de renda condicionadas à educação, saúde e trabalho, entre outros.	Ch\$10.500/mês (~R\$ 80) pelos primeiros 6 meses, decrescente	14.000 famílias em seu 1º ano.
Famílias en Acción 2000-atual	Colômbia	Oferece bolsas para famílias com filhos, condicionadas ao acompanhamento médico para crianças com <7 anos e frequência escolar de mais de 80% para as demais.	Equivale a US\$5 a US\$17 (~R\$27 - R\$93) por mês	400.000 famílias (2012)

Superémonos 2000-2002	Costa Rica	Fornece às famílias pobres um subsídio para a compra de alimentos, desde que as crianças frequentem regularmente a escola.	CRC 10.000/ mês (- R\$90) durante o ano letivo	12.234 famílias em 2001
Bono de desarrollo humano 2003-	Equador	Famílias em extrema pobreza com crianças menores de 16 anos, idosos e pessoas com deficiência recebem transferências condicionadas à frequência escolar, saúde, etc.	US\$ 50,00/mês, podendo chegar a US\$ 150,00 (-R\$ 820)	-6% da população (2016)
Programa de Asignación Familiar 1990-2009	Honduras	Começou como um subsídio de emergência e evoluiu para um PTRC focado mulheres e crianças. Condicionadas relacionadas à educação e saúde dos filhos.	US\$ 10/mês, mais até US\$25/mês (-R\$137) (1998)	-318.000 pessoas (1998)
Oportunidades 2002-	México	Atualmente "Prospera". Combate a pobreza fornecendo pagamentos em dinheiro às famílias em troca de frequência escolar regular, visitas a clínicas de saúde e apoio nutricional.	Entre US\$ 10 e US\$ 66/ mês (- R\$360) (2012)	6.5 milhões de famílias (2012)
PROGRESA 1997-2002	México	Oferece subsídios para famílias pobres em zonas rurais, com a condição de que visitem centros de saúde regularmente e seus filhos frequentem a escola. Substituído pelo Oportunidades em 2002.	- US\$7 (R\$38) /mês	2.6 milhões de famílias (2000)
Programa Apoyo Alimentario 2003-	México	Fornece às famílias uma cesta básica ou transferência monetária equivalente em troca de participar de sessões educacionais sobre nutrição e saúde.	MXN 150 (-R\$ 77) / mês ou cesta de alimentos equivalente	670.000 famílias em 2016
Red de Protección Social 2000-2006	Nicarágua	Fornece às famílias pobres um subsídio, desde que as crianças frequentem regularmente a escola e tenham determinados cuidados com a saúde, incluindo cursos e vacinação. Visa também aumentar a disponibilidade de serviços de saúde.	A partir de US\$ 30/mês (-R\$165)	30.000 famílias (2006)
Juntos 2005-atual	Peru	Oferece subsídios para famílias pobres com crianças/jovens menores de 19 anos e mulheres grávidas. Condicionadas relacionadas à educação e saúde, com ênfase em nutrição.	100 soles (-R\$165)/mês	740.000 famílias (2019)
Ingreso Ciudadano 2005-2007	Uruguai	Oferece subsídios para famílias pobres tendo como contrapartida frequência escolar regular e cuidados com a saúde, especialmente para crianças e grávidas.	US\$ 56 (-R\$)/mês	80.000 famílias (2005)

*Os benefícios dos programas estão em valores nominais calculados em torno do ano de publicação de cada estudo, com exceção dos valores em parêntesis.

Apêndice B

Programas de transferência de renda condicionada

Estudo	País	Programa	Método	Principais resultados
Araújo et al. (2006)	Brasil	Bolsa Família 2006	Pareamento pelo Escore de Propensão	Estudo focado em áreas urbanas. Não foram identificados impactos sobre o trabalho infantil.
Attanasio et al. (2010)	Colômbia	Familias en Acción 2002 e 2003	Diferença em Diferenças	O programa não reduziu o trabalho infantil assalariado, mas o trabalho doméstico diminuiu em até 13 p.p. É possível que as crianças tenham substituído tempo de lazer por trabalho ou estudos.
Borraz e González (2009)	Uruguai	Ingreso Ciudadano 2006 e 2007	Pareamento pelo Escore de Propensão	Houve redução do trabalho infantil apenas para meninas residentes na capital, Montevidéu.
Cardoso e Souza (2004)	Brasil	Bolsa Escola e Bolsa Família 2000	Pareamento pelo Escore de Propensão	A incidência do trabalho infantil diminuiu. No entanto, a probabilidade de se trabalhar mais de 10 horas por semana caiu em até 9 p.p., sugerindo que mais crianças começaram a estudar e trabalhar ao mesmo tempo.
Chitolina et al. (2016)	Brasil	Bolsa Família 2006 e 2009	Diferença em Diferenças	O programa não impactou as decisões de jovens que apenas trabalham, mas aumentou em 4,4 p.p. a probabilidade de os jovens estudarem e trabalharem ao mesmo tempo. O efeito foi concentrado em zonas rurais.
Costa et al. (2020).	Brasil	Bolsa Família e Peti 2010	Pareamento pelo Escore de Propensão	As jornadas de trabalho das crianças diminuíram, mas a incidência do trabalho infantil não. Esta incidência diminuiu em regiões mais ricas e aumentou nas mais pobres.
De Araújo et al. (2014)	Brasil	Bolsa Família 2006	Pareamento pelo Escore de Propensão	Estudo focado no Nordeste. O trabalho infantil diminuiu em até 7,9%, significativo a 5%. No entanto, o trabalho infantil doméstico aumentou.
Duryea e Morrison (2004)	Costa Rica	Superémonos 2001 e 2002	Análise da regressão e Pareamento pelo Escore de Propensão	O programa não surtiu efeitos sobre a incidência do trabalho infantil.

Edmonds e Schady (2012)	Equador	Bono de desarrollo humano 2003 e 2005	Estudo Controlado Randomizado	A incidência e jornada do trabalho infantil e assalariado foram reduzidas, essa última em 41%. O trabalho doméstico aumentou, mas o efeito final foi de redução das horas trabalhadas.
Ferreira et al. (2009)	Cambodia	CESSP Scholarship Program 2005 e 2006	Regressão descontinuada	O programa reduziu o trabalho remunerado efetuado por crianças em 10 p.p. mas o trabalho doméstico das meninas aumentou.
Ferro et al. (2010)	Brasil	Bolsa Escola e Bolsa Família 2003	Pareamento pelo Escore de Propensão e Probit	A probabilidade de trabalho infantil diminuiu em 3 p.p., mas não o tempo passado no mercado de trabalho. O efeito foi maior para meninas em áreas rurais. Significativo a 1%.
Galiani e McEwan (2013)	Honduras	Programa de Asignación Familiar (Praf) 2001	Estudo Controlado Randomizado e Regressão descontinuada	Reduziu a probabilidade de crianças trabalharem fora de casa em 3p.p. e a de realizar exclusivamente trabalho doméstico em 4p.p. Os efeitos foram maiores nas camadas mais pobres da população.
Maluccio e Flores (2005)	Nicaragua	Red de Protección Social 2000-2003	Diferença em Diferenças	O trabalho infantil diminuiu em 5,6 p.p. para as crianças de 7 a 13 anos. O impacto foi maior para meninos.
Nascimento e Kassouf (2016)	Brasil	Bolsa Família 2011	Pareamento pelo Escore de Propensão	A participação no programa não afetou a probabilidade de a criança trabalhar ou sua jornada, mas a renda da transferência diminuiu a incidência do trabalho infantil e o número de horas trabalhadas.
Pais et al. (2017)	Brasil	Bolsa Família 2006	Pareamento pelo Escore de Propensão	Estudo focado nas famílias com renda mensal de até R\$300. O programa aumentou a probabilidade de trabalho infantil e a jornada de trabalho.
Rubio-Codina (2010)	Mexico	Oportunidades 1997-2003	Estudo Controlado Randomizado	O tempo gasto no mercado de trabalho (remunerado e não remunerado) e no trabalho doméstico caiu. As reduções no trabalho doméstico e assalariado foram maiores para meninas e meninos, respectivamente.
Skoufias et al. (2001)	Mexico	PROGRESA 1997 e 1999	Diferença em Diferenças	A probabilidade de jovens trabalharem e suas jornadas diminuíram, mas há a possibilidade de eles estarem combinando o trabalho com estudos.
Yap et al. (2009)	Brasil	Peti 1996-1998	Diferença em Diferenças	Estudo focado em áreas rurais do Nordeste. Reduziu a jornada de trabalho de crianças e adolescentes, inclusive em trabalhos considerados perigosos.

Efeitos dos PTRC sobre o Trabalho dos Adultos

Programa	País	Sobre	Benefícios	Alcance
Barbosa e Cor-seuil (2014)	Brasil	Bolsa Família 2006	Regressão Descontínua	O programa não causou uma substituição de trabalho formal por informal entre os adultos (horas ou probabilidade).
Borraz e González (2009)	Uruguai	Ingreso Ciudadano 2006-2007	Pareamento pelo Escore de Propensão	O programa reduziu as horas trabalhadas para homens e mulheres em entre 5% e 17%. No entanto, não impactou a taxa de participação no mercado de trabalho nem a taxa de informalidade.
Cavalcanti et al. (2016)	Brasil	Bolsa Família 2010	Regressões Quantílicas	O programa surtiu efeitos heterogêneos sobre a jornada de trabalho, com homens ofertando menos trabalho quando tinham longas jornadas. A renda oriunda do trabalho diminuiu para todos.
Chitolina et al. (2016)	Brasil	Bolsa Família 2006 e 2009	Diferença em Diferenças	O programa não impactou significativamente a oferta de trabalho dos adultos.
De Brauw et al. (2015)	Brasil	Bolsa Família 2005 e 2009	Regressão ponderada por Escore de Propensão	O BF não diminui a participação nem jornada de trabalho, mas causou uma realocação de horas do setor formal para o informal (aproximadamente 8 horas por semana).
Firpo et al. (2014)	Brasil	Bolsa Família 2006	Teste de McCrary (2008) e RD	Beneficiários do programa são menos propensos a participar do mercado de trabalho e trabalham menos horas do que os demais.
Ferro et al. (2010)	Brasil	Bolsa Escola e Bolsa Família 2003	Pareamento pelo Escore de Propensão e Probit	A probabilidade de trabalho das mães e pais em áreas urbanas aumentou em 3p.p. cada.
Foguel e Barros (2010)	Brasil	PTRC Brasileiros (não especificados) 2001-2005	Métodos de dados em Painel	De modo geral, não constatou efeitos do BF na participação na força de trabalho ou na jornada média trabalhada. O efeito é positivo para homens, embora muito pequeno.
Galasso (2006)	Chile	Chile Solidario 2003-2004	Pareamento	O programa não surtiu efeito negativo sobre a participação no mercado de trabalho.

Galiani e McEwan (2013)	Honduras	Programa de Asignación Familiar (Praf) 2001	Estudo Controlado Randomizado e Regressão descontinuada	O programa não impactou a participação na força de trabalho de homens ou mulheres.
González-Cossio e Skoufias (2008)	Mexico	P. Apoyo Alimentario 2003-2005	Diferença em Diferenças	O programa não teve impacto na probabilidade de adultos trabalharem.
Maluccio e Flores (2005)	Nicaragua	R. Protección Social 2000-2002	Diferença em Diferenças	De modo geral, o programa não impactou a participação no mercado de trabalho significativamente, mas reduziu em 6 horas a jornada semanal de trabalho dos homens.
Parker e Skoufias (2000)	México	PROGRESA 1997-1999	Diferença em Diferenças	O programa não surtiu impacto mensurável sobre a taxa de participação de adultos no mercado ou nas horas que eles dedicam às atividades de trabalho.
Ribas e Soares (2011)	Brasil	Bolsa Família 2001, 2004 e 2006	Escore de Propensão e Diferença em Diferenças	O programa aumentou a participação no mercado de trabalho em áreas rurais, mas reduziu a participação no setor formal em cerca de 2 p.p. em áreas urbanas.
Rubio-Codina (2010)	Mexico	Oportunidades 1997-2003	Estudo Controlado Randomizado	Não houve realocações de tempo significativas, mas há indícios de que as mulheres passaram a substituir seus filhos em atividades não remuneradas.
Skoufias e di Maro (2006)	Mexico	PROGRESA 1997 e 1999	Diferença em Diferenças	O programa não teve nenhum impacto mensurável na taxa de participação no mercado de adultos ou nas horas trabalhadas.
Tavares (2010)	Brasil	Bolsa Família 2004	Pareamento pelo Escore de Propensão	Participar do PBF aumenta a probabilidade de participação das mães no mercado de trabalho entre 0.01 e 0.04 p.p.

Efeitos dos PTRC sobre a Pobreza e a Desigualdade

Estudo	País	Programa	Método	Principais resultados
Gertler, Martinez e Rubio-Codina (2012)	México	Oportunidades 1997-2003	Estudo Controlado Randomizado	O estudo indica que o programa aumentou o investimento feito em atividades produtivas, levando à redução da pobreza mesmo no longo prazo, após seu fim.
Hoffmann (2007)	Brasil	PTRC no Brasil, principalmente o PBF 1997-2004	Metodologia própria de decomposição de índices	Os programas contribuíram com entre 25 e 31% da redução na desigualdade observada. O efeito é maior no Nordeste (66%).
Hoffmann (2013)	Brasil	PTRC no Brasil, principalmente o PBF 1995-2014	Metodologia própria de decomposição de índices	O programa contribuiu significativamente para a redução da desigualdade, e em maior medida que as demais ferramentas de transferência de renda.
Kakwani et al. (2010)	Brasil	Bolsa Família 1995-2004	Metodologia própria de decomposição de índices	O Bolsa Família, principalmente, foi responsável por entre 22 e 24,8% da queda da desigualdade no Brasil. Também diminuiu a pobreza.
Maluccio e Flores (2005)	Nicaragua	Red de Protección Social 2000-2002	Diferença em Diferenças	O programa diminuiu a pobreza em entre 5 e 10 p.p e extrema pobreza em entre 16 e 22 p.p.
Maluccio (2010)	Nicaragua	Red de Protección Social 2000-2002 e 2004	Diferença em Diferenças	Não há evidências de que o programa levou a um aumento no investimento em equipamentos que possam gerar aumento de renda futura. No entanto, houve investimento em saúde e educação infantil.
Marinho et al. (2011)	Brasil	Bolsa Escola e Bolsa Família 2000-2008	Análise de dados de painel	Não encontraram uma relação significativa entre transferências de renda e pobreza
Peña et al. (2015)	Brasil	Bolsa Família 1999, 2003, 2005 e 2009	Cadeia de Markov e Diferença em diferenças	O programa ajudou a mitigar e "quebrar" o ciclo da pobreza.
Perova e Vakis (2012)	Peru	Juntos 2006-2009	Pareamento e variáveis instrumentais	A taxa de pobreza e de extrema pobreza diminuíram em 14 p.p. e 19 p.p., respectivamente.
Silveira Neto e Azzoni (2013)	Brasil	Bolsa Família 1995-2006	Metodologia própria de decomposição de índices	O BF foi responsável por quase 15 por cento da redução da desigualdade regional de renda entre os estados.
Skoufias, González-Cosío et al. (2013)	México	Programa Apoyo Alimentario 2003-2005	Diferença em Diferenças	O programa reduziu a taxa de pobreza em entre 8.9 e 10.7 p.p.

Soares et al. (2009) [i]	Brasil	PETI, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Bolsa Família 1995 e 2004	Metodologia própria de decomposição de índices	O autor argumenta que PTRC como o BF foram responsáveis por 21% da queda da desigualdade entre 1995 e 2004. Os programas também diminuíram a pobreza.
Soares et al. (2009) [ii]	Chile	Programa Puente e Chile Solidário 1996 e 2003	Metodologia própria de decomposição de índices	O autor argumenta que PTRC como o Chile Solidário foram responsáveis por 15% da queda da desigualdade entre 1996 e 2003.
Soares et al. (2009) [iii]	México	Solidaridad e Oportunidades 1996 e 2004	Metodologia própria de decomposição de índices	O autor argumenta que PTRC como o Oportunidades foram responsáveis por 21% da queda da desigualdade entre 1996 e 2004.